

a Ana Aparecida Alderete Montes, natural de São Paulo, República Federativa do Brasil, de nacionalidade brasileira, nascida a 1 de Agosto de 1966, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

15 de Fevereiro de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 2826/2006 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 26 de Dezembro de 2005, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Sabina Cabral Martins, natural de São Miguel, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascida em 12 de Dezembro de 1951, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

15 de Fevereiro de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 2827/2006 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 14 de Outubro de 2005, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a José Maria Gonçalves Martins, natural de Nossa Senhora da Luz, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascido em 15 de Abril de 1956, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

15 de Fevereiro de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 2828/2006 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 21 de Dezembro de 2005, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Silvino Júlio Andrade Leal, natural de Santa Catarina, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascido em 18 de Setembro de 1967, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

15 de Fevereiro de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 2829/2006 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 21 de Dezembro de 2005, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Walniver Pereira Marcos, natural de Minas Gerais, República Federativa do Brasil, de nacionalidade brasileira, nascida a 10 de Outubro de 1964, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

15 de Fevereiro de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 2830/2006 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 26 de Dezembro de 2005, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Pedro Geraldo da Silva, natural de São Paulo, República Federativa do Brasil, de nacionalidade brasileira, nascido em 24 de Setembro de 1963, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

15 de Fevereiro de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 2831/2006 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 21 de Dezembro de 2005, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Walter Marcos Junior, natural de Brasília, República Federativa do Brasil, de nacionalidade brasileira, nascido em 13 de Janeiro de 1968, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei

n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

15 de Fevereiro de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Rectificação n.º 324/2006. — Por ter sido publicado com inexactidão o aviso n.º 11 681/2005 (*Diário da República*, 2.ª série, n.º 244, de 22 de Dezembro de 2005) relativo à concessão da nacionalidade portuguesa, por naturalização, rectifica-se que onde se lê «Muhammad Sadek Issam Beseisso» deve ler-se «Muhammad Sadek Issam Sadek Beseisso».

13 de Fevereiro de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Rectificação n.º 325/2006. — Por ter sido publicado com inexactidão o aviso n.º 10 017/2005 (*Diário da República*, 2.ª série, n.º 232, de 5 de Dezembro de 2005), relativo à concessão da nacionalidade portuguesa, por naturalização, rectifica-se que onde se lê «10 de Setembro de 1966» deve ler-se «16 de Setembro de 1966».

13 de Fevereiro de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Rectificação n.º 326/2006. — Por ter sido publicado com inexactidão o aviso n.º 11 709/2005 (*Diário da República*, 2.ª série, n.º 244, de 22 de Dezembro de 2005) relativo à concessão da nacionalidade portuguesa, por naturalização, rectifica-se que onde se lê «Plácido Herculano Sá» deve ler-se «Plácido Herculano Cá».

13 de Fevereiro de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Rectificação n.º 327/2006. — Por ter sido publicado com inexactidão o aviso n.º 8213/2005 (*Diário da República*, 2.ª série, n.º 183, de 22 de Setembro de 2005), relativo à concessão da nacionalidade portuguesa, por naturalização, rectifica-se que onde se lê «Seoul» deve ler-se «Icheon-Gun».

13 de Fevereiro de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Rectificação n.º 328/2006. — Por ter sido publicado com inexactidão o aviso n.º 10 434/2005 (*Diário da República*, 2.ª série, n.º 224, de 22 de Novembro de 2005), relativo à concessão da nacionalidade portuguesa, por naturalização, rectifica-se que onde se lê «Kadia» deve ler-se «Kadla».

13 de Fevereiro de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Rectificação n.º 329/2006. — Por ter sido publicado com inexactidão o aviso n.º 8227/2005 (*Diário da República*, 2.ª série, n.º 183, de 22 de Novembro de 2005), relativo à concessão da nacionalidade portuguesa, por naturalização, rectifica-se que onde se lê «Seoul» deve ler-se «Kyungki-do Youngin-gun».

13 de Fevereiro de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 5040/2006 (2.ª série). — O Decreto-Lei n.º 225/2002, de 30 de Outubro, que criou a API — Agência Portuguesa para o Investimento, E. P. E., prevê que a fiscalização da Agência cabe a um fiscal único que deve ser um revisor oficial de contas ou uma sociedade de revisores oficiais de contas, a designar por despacho do Ministro das Finanças.

Pelo despacho n.º 1248/2003, de 27 de Dezembro de 2002, foi nomeado o fiscal único e o fiscal suplente, tendo o mandato entretanto cessado.

Assim, em cumprimento do estabelecido no n.º 1 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 225/2002, de 30 de Outubro, determina-se o seguinte:

1 — Nomear como fiscal único da API — Agência Portuguesa para o Investimento, E. P. E., o Dr. José Rodrigues de Jesus, revisor oficial de contas.